

OS ASSALARIADOS RURAIS TEMPORÁRIOS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

Marcos Henrique Broietti¹

Resumo: O presente trabalho busca refletir sobre os reflexos do processo de globalização no cotidiano do assalariado rural temporário, trabalhador geralmente chamado de bôia-fria, relacionando com a inserção deste trabalhador na questão agrária brasileira. Em primeiro lugar, serão demonstrados como os processos de concentração de terras e a industrialização/modernização da agricultura brasileira têm provocado uma contínua liberação (expulsão) de mão-de-obra do campo para a cidade e, posteriormente, os reflexos do processo no mundo rural, enfocando principalmente a questão dos bóias-frias.

Palavras-chave: bôia-fria, agricultura, globalização

Abstract: This paperwork aims to reflect the globalization process in the daily routine of the "assalariado rural temporário", worker usually called as "bôia-fria", relating to the insertion of this worker in the Brazilian agricultural point. First of all, it will be demonstrated how the process of concentration of lands and the industrialization/modernization of the Brazilian agriculture have provoked a continuous expulsion of the workforce of the rural to the urban area and after the reflection of that process in the rural world, focusing mainly the point of the "bóias-frias".

Key-words: "bôia-fria", agriculture, globalization

A questão agrária e o bôia-fria

A questão agrária brasileira no século XX foi marcada, sobretudo, por dois aspectos: a concentração de terras e processo de industrialização/modernização da agricultura. A concentração de terras foi herda da da colonização realizada pelos portugueses e reforçada pela Lei de Terras de 1850. Já a industrialização/modernização da agricultura começa a ganhar força após a década de 30, momento em que o país passa por uma transição, na qual o setor industrial foi se consolidando como o centro das atividades econômicas, espaço até então ocupado pelo setor agrícola exportador. O país deixa de ser eminentemente agrícola e a indústria assume, gradativamente, o processo de acumulação de capital. Nes-

¹ Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão e doutorando em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina.

se sentido, no final da década de 50, esse processo é impulsionado com a instalação no Brasil das fábricas de máquinas e insumos agrícolas. É importante ressaltar que a agricultura cria mercado consumidor para os meios de produção instalados no país. De acordo com Graziano da Silva (1981, p. 44), a agricultura se industrializa, "torna-se um setor subordinado ao capital, integrado à grande produção industrial".

Estes dois fatores, ou seja, a concentração de terras e a industrialização/modernização da agricultura, conjuntamente com a falta de políticas agrícolas adequadas para as reais necessidades do Brasil, foram elementos fundamentais para "expulsão" do campo de grande número de pequenos proprietários, arrendatários e parceiros que tiveram seu trabalho substituído pelas máquinas ou, no caso dos pequenos proprietários, "engolidos" pelos latifundiários.

Nesse processo, pode-se dizer que agricultura se modernizou. Segundo Graziano Neto (1982, p. 28), a utilização do trator no processo modernização é um dos indicadores de como tal mudança foi rápida. Para o autor, o trator talvez seja o melhor indicador do padrão técnico de uma agricultura, pois se trata de uma máquina que viabiliza a utilização de vários implementos, como: arados, grades e pulverizadores. Vamos nos valer do Paraná como exemplo para mostrar como os tratores foram rapidamente incorporados. Por meio da análise dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode-se verificar que em 1960 eram 5181 tratores, em 1970 esse número aumentou para 18619. O Censo Agropecuário de 1980 mostrou a existência de 81727. Passados 15 anos, ou seja, em 1995 o número de tratores chegou a 130828. Esses fatores evidenciam como rapidamente houve o aumento de forma vertiginosa no número de tratores no Paraná.

Como consequência Graziano da Silva (1990, p. 31) aponta que no período conhecido como milagre brasileiro (1967/1972) há um crescimento do número das grandes propriedades, sendo que, "as pequenas propriedades perdem terreno, ou seja, são engolidas pelas grandes, no que se convencionou chamar à semelhança do fenômeno biológico onde as grandes bactérias engolem e digerem as pequenas a sua volta, processo de fagocitose".

Um exemplo de como esse processo acontece pode ser observado quando o grande proprietário compra um pequeno sítio que fazia divisa com sua propriedade, derruba as cercas, árvores frutíferas e a casa dos moradores para plantar os produtos de sua preferência, não deixando resquícios de que ali existia outra propriedade.

Nesse contexto, parte da mão-de-obra expulsa do campo, mesmo morando nas cidades, é obrigada a voltar para o trabalho na agricultura, mas não como pequeno produtor, parceiro ou arrendatário e sim como assalariado rural temporário, o bóia-fria.

Caracterização do bóia-fria

Para caracterizar melhor o bóia-fria, optamos por fazer algumas considerações sobre tipo de trabalhador. O bóia-fria é um trabalhador volante, isto é, mora nas cidades, mais propriamente na periferia destas, e presta serviços na agricultura, pois não consegue um emprego "melhor" na zona urbana.

De acordo com Bastos e Gonzales (1982, p. 45),

o trabalho volante é uma modalidade de trabalho assalariado por tarefa, ou seja, uma forma concreta de relação social de produção capitalista. A natureza desta relação pressupõe, por um lado (não só como condição necessária, mas como resultado) um mínimo e sempre crescente volume de capital nas mãos dos empresários agrícolas e, por outro, um contingente de trabalhadores despojados dos meios de produção.

Isto quer dizer que, em outras palavras, esta relação social de produção pressupõe a existência do dono do meio de produção e do trabalhador desprovido dos meios de produção, que irá vender sua força de trabalho.

Algumas características tipificam os bóias-frias. Uma delas é o fato dele ser uma mão-de-obra parcialmente liberada pela agricultura, que é reabsorvida para alguns cultivos, principalmente no plantio e na colheita, em determinadas épocas do ano. Outra característica do bóia-fria, é que ele é um trabalhador desprovido dos meios de produção, tendo apenas sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência.

Graziano da Silva (1981, p. 134) afirma que existem tipos distintos de bóias-frias: bóias-frias permanentes, que trabalham o ano inteiro como bóia-fria; bóias-frias eventuais ou esporádicos, que prestam serviços a diversos proprietários rurais, em períodos descontínuos e, finalmente, os bóias-frias temporários, que normalmente trabalham na ocasião das colheitas.

Há casos em que os bóias-frias sofrem dupla exploração. Isso

acontece quando eles não são contratados diretamente da empresa rural e sim por um intermediário ("gato"). Para Gnaccarini (1993, p. 81-82), os "gatos" são um misto de capatazes, agenciadores, transportadores, fiscais, pagadores e, em muitos casos, chefes de disciplina.

O "gato" fica com a diferença do que o empresário paga para ele e o que é pago para o bóia-fria. Um típico exemplo seria o seguinte: se o empresário (ou dono da propriedade) paga para o empreiteiro R\$ 10,00 por dia de trabalho do bóia-fria, ele paga R\$ 8,00 para o bóia-fria, retirando para si uma participação. Tal diferença costuma ser chamada de comissão. Os "gatos" têm como função contratar e transportar os bóias-frias e o transporte é realizado com ônibus ou caminhão.

Na maioria dos casos, os bóias-frias viajam diariamente das periferias das cidades até o campo. Porém, há casos em que eles não são transportadores diariamente até o campo. D'Incao (1979, p. 109) acentua que dependendo da conveniência para o empregador, os bóias-frias muitas vezes são alojados no próprio local de trabalho. Exemplo claro é quando o número de trabalhadores é pequeno e a distância do local de trabalho é grande (mais de 300 quilômetros, por exemplo).

Cumprе enfatizar que a maior parte dos caminhões que transportam os trabalhadores apresentam uma aparência bastante deteriorada e, em muitos casos, não dispõe das mínimas condições de segurança.

Outro fator de extrema importância é que os bóias-frias não surgiram por acaso, eles são parte de um grande contingente de mão-de-obra, desprovida de qualquer meio de produção.

Relações capitalistas de produção e o trabalho do bóia-fria

Quando se fala em relações capitalistas de produção, inevitavelmente pensa-se em relações trabalho e divisão social do trabalho. A forma de distribuição do trabalho, em diferentes momentos da sociedade, em função da idade, sexo, da divisão do trabalho entre o campo e a cidade, entre o trabalho manual e intelectual, sem dúvida, suscitam discussões. Nesse sentido, Marx (1985, p. 277) detalha a divisão do trabalho em três níveis. Sendo

[...] a separação da produção social em seus grandes gêneros, como agricultura, indústria etc., de divisão do trabalho geral, a diferenciação desses gêneros de produção em espécies e subespécies, de divisão do

trabalho em particular, e a divisão do trabalho dentro duma oficina de divisão do trabalho em detalhe.

A divisão do trabalho na sociedade capitalista apresenta-se numa forma complexa e articulada. Todavia, as relações capitalistas de produção necessitam que o trabalhador esteja separado do meio de produção, isto é, o trabalhador deve possuir somente sua força de trabalho. Segundo Oliveira (1986, p. 63), as relações capitalistas são também relações sociais que pressupõem a troca desigual entre o capital e o trabalho. Tanto um como outro são produtos de relações sociais iguais e contraditoriamente desiguais. Para que estas relações se desenvolvam necessariamente deve-se supor a existência do capital e do trabalho assalariado. De acordo com Martins (1991, p. 50), "o capital só pode crescer, só pode se reproduzir, à custa do trabalho, porque só o trabalho é capaz de criar riqueza. Por isso, uma lei básica do capital é subjugar o trabalho. Não há capitalismo sem subjugação do trabalho".

Ressalta-se que a figura do bóia-fria fica mais visível a partir da década de 60 do século passado com o Estatuto do Trabalhador Rural que regulamentou os direitos dos trabalhadores rurais. O Estatuto assegura conquistas como salário mínimo, férias e aposentadoria. No entanto, segundo Gancho et al. (1991, p. 47), "tal medida criou indiretamente o trabalhador volante, o 'bóia-fria', sazonal, sem-terra, sem vínculo empregatício e que geralmente mora nas periferias das cidades próximas à zona rural". Pode-se dizer que a exigência do cumprimento dos direitos trabalhistas deu origem a um grande número de assalariados rurais sem direito algum.

Com a regulamentação dos direitos dos trabalhadores, muitos proprietários optaram em utilizar a mão-de-obra do bóia-fria, pois, na maioria dos casos, os trabalhadores são contratados por intermediários. Isto, para o empresário rural, se configura como um negócio vantajoso, haja vista que o desobriga de pagar os direitos trabalhistas da mão-de-obra contratada, pois neste contexto o intermediário se torna o patrão do bóia-fria.

Assim, alguns aspectos devem ser observados. Em primeiro lugar, o salário dos bóias-frias não é fixo, depende do tipo de tarefa a ser realizada. Segundo, a não residência dos trabalhadores nas fazendas isenta o empresário agrícola de vários encargos trabalhistas, permitindo ainda, ao mesmo, economizar com água, energia elétrica, entre outras coisas. Finalmente, a fiscalização dos órgãos públicos sobre estas rela-

ções praticamente não ocorre.

As oportunidades de emprego para os bóias-frias são sazonais, o que os impede de trabalhar todos os meses do ano. A época em que há maior oferta de serviço é no período em que acontece a colheita e o plantio de determinadas culturas como a cana-de-açúcar e a mandioca. Ainda sobre esta questão, D'Incao (1979, p. 88) afirma que o caráter intermitente com que se realiza o trabalho do bóia-fria faz com que tal profissional esteja disponível para qualquer tipo de serviço. "O ritmo irregular com que sua força de trabalho é explorada nem sempre lhe permite continuar produzindo novos meios de subsistência, enquanto consome os recebidos em troca do seu trabalho" (D'Incao, 1979, p. 88).

Portanto, como está evidenciado, nos períodos de escassez de oferta de trabalho, o bóia-fria torna-se mão-de-obra barata disponível para muitos tipos serviços. Além disso, por não ter serviço permanente, ele volta constantemente a trabalhar como assalariado no campo. D'Incao (1979, p.88) verifica que "isto lhe confere uma instabilidade econômica que se reflete nas condições de extrema miserabilidade em que ele vive". Com os avanços tecnológicos no campo, especialmente com utilização de máquinas para colheita de várias culturas agrícolas, a miserabilidade tem aumentado, já que não há atualmente oferta de empregos como havia nas décadas de 70 e 80.

O bóia-fria e os reflexos da globalização

No processo de globalização, de maneira significativa, expandem-se às forças produtivas, dinamizam-se as atividades e formam-se os conglomerados. Todavia, o espaço agrário continua existindo, mesmo com várias transformações em processo.

Nessa direção, Ianni (1996, p. 53) assinala alguns fatores preponderantes nesse processo de transformações no qual o mundo agrário está inserido. Primeiro, o autor ressalta que a maquinização e a quimificação mudam a fisionomia da economia, da sociedade e da cultura. Segundo, a substituição das matérias-primas de origem agropecuárias por matérias-primas produzidas pela indústria química. Terceiro, a conjugação da maquinização e quimificação com substituição de matérias, reduz de maneira acentuada o contingente de trabalhadores rurais. Quarto, a progressiva urbanização do mundo agrário, tem alterado o modo de vida, pensar, sentir, agir e imaginar dos que se dedicam a atividades rurais.

Dentro dessa perspectiva, com o objetivo de esclarecer melhor o que é globalização, recorreremos a Ianni (1996, p. 11) que diz que ela

[...] expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. Assinala a emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória. Uma realidade ainda pouco conhecida, desafiando práticas e ideais, situações consolidadas e interpretações sedimentadas, formas de pensamento e vãos da imaginação.

Com a emergência da sociedade global, as economias nacionais perdem importância relativa diante da formação dos mercados regionais. Tais mercados vêm crescendo tornando a economia cada vez mais interconectada. Em efeito, as relações sócio-econômicas tornam-se complexas e contraditórias. Nos termos de Ianni (1993, p. 125), "a globalização não apaga nem as desigualdades nem as contradições que constituem uma parte importante do tecido da vida social nacional e mundial".

Nessa mesma direção, Singer (2000, p. 7) enfatiza que os impactos da globalização estão sendo sentidos de forma cada vez mais forte e difusa. Se por um lado, aparentemente o mundo globalizado se tornou mais aberto e receptivo, por outro, essencialmente aumentou de maneira significativa a quebra de empresas, corte de postos de trabalho e crises financeiras.

No espaço agrário, a difusão da mecanização do campo e a substituição de matérias-primas têm reflexos diretos no cotidiano dos trabalhadores rurais *bóias-frias*, haja vista o caráter temporário do trabalho dos *bóias-frias* em atividades como: corte da cana, carpa de diferentes tipos de cultura, colheita de algodão e laranja.

Neste cenário de globalização, confuso e confusamente percebido (Santos, 2000, p. 17), uma pergunta torna-se inquietante: em tempos de globalização o *bóia-fria* luta por terra ou por direitos trabalhistas? De maneira geral, podemos dizer que em primeiro lugar ele luta por direito à sobrevivência. Ora isso se expressa no direcionamento da luta pela terra ora na luta por direitos trabalhistas.

De qualquer forma, se o trabalhador convive numa economia instável ela se reflete na organização da categoria e nas entidades que os representam. Estas, de maneira geral, estão desarticuladas e, por isso,

impossibilitadas de realizarem seu papel em defesa de melhores condições de trabalho para os bóias-frias. O que se observa atualmente é um crescente número de assalariados rurais temporários desempregados.

Contudo, a falta de empregos não é um processo exclusivo pelo qual só os bóias-frias estão passando. Conforme Singer (2000, p. 11)

todo mundo, o mundo inteiro, fala do desemprego. A falta de bons empregos - de empregos que pagam e oferecem estabilidade, perspectivas de carreiras, seguro-desemprego, seguro contra acidentes, enfermidades, velhice e morte - é sentida em praticamente todos os países desenvolvidos e semidesenvolvidos.

Singer (2000, p. 24) acrescenta, ainda, que talvez a melhor palavra que desemprego seja precarização do trabalho, tendo em mente a insegurança no emprego. No caso dos bóias-frias, isso se torna mais preocupante, pois os mesmos já estão inseridos no chamado trabalho precarizado.

No entanto, até final década de 80 do século passado, os bóias-frias conseguiam emprego em atividades como corte da cana, colheita do café, no período de safra do algodão, entre outros. De forma gradativa e acelerada na década de 90, as máquinas foram incorporadas em várias fases do processo produtivo na agricultura, sobretudo na colheita, houve uma drástica redução na oferta de empregos. Culturas agrícolas como a cana e algodão já vinham incorporando as novas tecnologias. Todavia, o café, produto cultivado tanto por pequenos como por grandes produtores, continuava, de maneira geral, como uma cultura em que havia, ainda, uma grande oferta de empregos para assalariados rurais temporários.

As culturas em que tradicionalmente existia a oferta de empregos para os bóias-frias vêm passando por um contínuo processo de incorporação de tecnologias. Tal processo tem concretizado uma das tendências do mundo globalizado, a elevação da taxa de desemprego. As mudanças estruturais, tecnológicas, produtivas e organizacionais presentes no processo de globalização alteraram substancialmente o espaço agrário. De tal modo, que estigmas como de que para ser bóia-fria não era necessário uma mão-de-obra qualificada, ou mesmo, que serviço de bóia-fria sempre seria abundante, não são mais válidos.

O que se observa atualmente é que cada vez mais trabalhadores

que possuem um certo nível de escolarização, como ensino médio, têm trabalhado como bóia-fria, pois não encontram ofertas outros empregos. Além disso, a crescente internacionalização de mercados tem reflexos diretos no cotidiano do assalariado rural temporário. A incorporação e a exigência de produtos que são destinados à exportação têm provocado alterações na base produtiva e, por sua vez, alterada a dinâmica dos bóias-frias.

De maneira gradativa, este trabalhador se vê enfraquecido frente às rápidas e profundas mudanças pelas quais a globalização vem provocando. As dimensões da globalização especialmente aquelas relacionadas às capacidades de estruturação: direitos, rendas, riscos e oportunidades, de maneira contínua estão se eximindo para estes trabalhadores. Se pensarmos em outras dimensões da globalização, como as que dizem respeito à cultura, sobretudo à identidade, constataremos que ela se encontra em crise, tendo em vista a falta de perspectivas no quadro atual em que se encontram os assalariados rurais temporários.

Talvez, dentre as dimensões da globalização, a capacidade de ação, isto é, a capacidade de alcance das mínimas condições de sobrevivência, seja uma das alternativas. Nesse caso, torna-se importante saber quais são os caminhos a serem percorridos, já que as vias tradicionais como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), de maneira geral, não têm conseguido se colocar satisfatoriamente como representantes dos bóias-frias. Isso historicamente tem acontecido porque muitas vezes os interesses entre os membros das diretorias dos STRs e dos bóias-frias são conflitantes. Muitos membros dos STRs em determinados períodos do ano contratam mão-de-obra bóia-fria. Assim, o sistema de oportunidades para este trabalhador se torna praticamente inexistente. Pois, se considerarmos que as relações de trabalho são estabelecidas pelos diversos interesses envolvidos no processo produtivo, sendo que tais relações estão historicamente cristalizadas, perceberemos que uma transformação efetiva na situação dos bóias-frias está relacionada com o sistema de oportunidades.

O sistema de oportunidades está conectado a um processo mais amplo, de escala nacional e até mesmo internacional. Dessa forma, para que se seja possível entender as tendências do assalariado rural temporário é necessário a compreensão da dinâmica do sistema mundo.

Considerações finais

Por fim, ressaltamos que a industrialização/modernização do campo encontra-se em escala crescente e em âmbito mundial, observando-se que as corporações transnacionais ligadas ao mundo rural, tanto as que fornecem maquinários e insumos, quanto aquelas que processam a produção agropecuária, induzem, organizam, ou mesmo determinam a produção e comercialização de mercadorias. Nessa direção, enfatizamos que a falta de condições econômicas para a manutenção e reprodução dos pequenos proprietários está acentuando um contínuo êxodo rural.

O trabalhador que migra para cidade e volta para prestar seus serviços como bóia-fria vive em extrema instabilidade, pois, na maioria das vezes, não possui nenhum vínculo empregatício, não tem nenhum tipo de assistência social e recebe uma remuneração muito baixa. Estes fatores fazem com que a problemática relacionada ao bóia-fria se torne uma das questões de maior preocupação no que se refere à agricultura brasileira em tempos de globalização, haja vista o grande número de trabalhadores nesta situação.

Referências bibliográficas

- BASTOS, M. I.; GONZALES, E. N. O trabalho volante na agricultura brasileira. In: *A mão-de-obra volante na agricultura*. São Paulo: CNPq/UNESP/Polis, 1982. p. 35-55.
- D'INCAO, M. C. *A questão do bóia-fria*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- GANCHO, C. V. et al. *A posse da terra*. São Paulo: Ática, 1991.
- GNACCARINI, J. C. O trabalho infantil agrícola na era da alta tecnologia. In: MARTINS, J. de S. (coord.). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 81-119.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *O que é questão agrária*. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- _____. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- _____. *A sociedade global*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- IBGE. Censo Agrícola de 1960: Paraná - Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. 1ª parte.

- _____. Censo Agrícola de 1960: Paraná - Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. 2ª parte.
- _____. Censo Agropecuário - Paraná: 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- _____. Censo Agropecuário - Paraná: 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.
- _____. Censo Agropecuário - Paraná: 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- MARTINS, José Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- OLIVEIRA, A. U. de. *Modo capitalista de produção na agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.